

PROJETO BÁSICO - LOTE 02

COLETA E ANÁLISE DE AMOSTRAS BIOLÓGICAS PARA MONITORAMENTO DA ICTIOFAUNA

1. OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de serviços especializados para coletas e análises de amostras biológicas para monitoramento da ictiofauna silvestre nas áreas de atuação da Assessoria Técnica Independente do Instituto Guaicuy (ATI-IG), situadas nos municípios de Curvelo e Pompéu (área 4) e São Gonçalo do Abaeté, Felixlândia, Morada Nova de Minas, Biquinhas, Paineiras, Martinho Campos, Abaeté e Três Marias (área 5). As referidas áreas se situam ao longo do baixo curso do rio Paraopeba e reservatórios das UHEs Retiro Baixo e Três Marias, no estado de Minas Gerais.

2. JUSTIFICATIVA

No dia 25 de janeiro de 2019, a barragem B-I da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais, rompeu. Nos instantes seguintes ao rompimento, uma quantidade muito expressiva de rejeito de minério de ferro ocasionou uma devastação que se iniciou na estrutura administrativa e operacional da Vale S/A, atingindo e soterrando comunidades, casas, fazendas e diversas estruturas até chegar ao rio Paraopeba. Parte do rejeito foi depositado nas áreas próximas ao ribeirão Ferro-Carvão, em Brumadinho, e parte foi mobilizada até o rio Paraopeba, afetando a qualidade da água, dos sedimentos e dos solos às margens do corpo hídrico.

A tragédia ceifou a triste soma de 270 vidas, entre trabalhadores da mina e moradores do entorno, algumas ainda não localizadas. O impacto se estendeu, atingindo boa parte do rio Paraopeba e dos reservatórios de Retiro Baixo e Três Marias, gerando danos aos ecossistemas aquáticos. Pela amplitude do desastre, trata-se também de impactos que interromperam todo o ciclo de vida que envolve aspectos ambientais, econômicos, sociais, históricos e culturais, afetando a conexão e as relações de diversas comunidades com o rio Paraopeba.

Desde a data do desastre, impactos e danos vêm sendo identificados e divulgados para a população. Porém, em alguns momentos, muitas dessas informações não são noticiadas corretamente, ou nem sempre retratam a veracidade (e complexidade) dos seus efeitos no ambiente. Com isso, criou-se uma situação de desconfiança em relação à qualidade e interpretação dos dados técnicos e de bastante ressalva quanto aos danos do rompimento e sua real dimensão para as águas, solos, comunidades aquáticas, saúde humana e animal, dentre outros.

Essa questão tem sido uma pauta recorrente para as populações atingidas, principalmente em relação às possibilidades de impactos na ictiofauna nos territórios drenados pelo rio Paraopeba e represas das UHEs Retiro Baixo e Três Marias. Durante o Diagnóstico Rural/rápido Participativo (DRP), realizado com as comunidades dos municípios das áreas 4 e 5, e após, durante os encontros virtuais com membros dos núcleos comunitários, de forma muito recorrente, os participantes apresentaram reclamações, questionamentos e dúvidas em relação às alterações na estrutura da ictiofauna e que estão potencialmente associadas aos efeitos danosos do rompimento da barragem na bacia do rio Paraopeba.

Desta forma, para se obter respostas às demandas locais e emergenciais das pessoas e comunidades atingidas das áreas 4 e 5, que subsidiem tomadas de decisões, são necessárias

coletas e análises de dados de biodiversidade em ambientes aquáticos, que considerem um conjunto de aspectos dentre os quais se destacam a resposta da ictiofauna aos potenciais impactos decorrentes do rompimento da barragem, as demandas específicas das comunidades atingidas, regimentos legais e normativos, e procedimentos metodológicos adequados aos mesmos.

Esses dados deverão ser capazes de propiciar uma compreensão da realidade, sobretudo, em escala local, destacando assim o potencial de bioindicação das ictiofauna nas áreas amostradas. Ademais, a coleta e análise de dados primários são a principal forma de garantir aos atingidos informações técnico-científicas confiáveis, aos olhos das comunidades, sobre a diversidade da ictiofauna e potenciais danos ambientais e que comprometam a persistência das espécies.

Neste contexto, as análises realizadas de fatores abióticos e bióticos terão como objetivo levantar dados primários que possam ser, posteriormente, comparados aos dados secundários visando a elucidação do cenário integral do ambiente nas áreas 4 e 5.

3. O INSTITUTO GUAICUY E ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE

O Instituto Guaicuy é uma entidade não governamental associativa, cultural e técnico-científica de fins não econômicos, criada no dia 20 de junho de 2000, com a finalidade de apoiar os objetivos do Projeto Manuelzão de desenvolver ações socioambientais, culturais e educativas voltadas para a preservação e recuperação ambiental, associados à promoção da saúde e do exercício da cidadania.

A bacia hidrográfica foi escolhida como área de atuação por ser um território sistêmico onde se dão as relações entre ambiente, sociedade e economia, que se refletem em diferentes campos, inclusive na saúde coletiva. A saúde não deve ser tratada apenas como uma questão médica, mas está diretamente associada com as condições ambientais e de vida, experimentadas pelas pessoas em seus territórios, especialmente no que se refere à disponibilização de água em qualidade e quantidade. Para a realização dessas iniciativas o Instituto Guaicuy vem trabalhando com abordagens ecossistêmicas e críticas frente às questões que envolvem os conflitos ambientais, tendo a água como eixo transversal. Essas abordagens estão intimamente ligadas à participação popular e ao empoderamento das populações nos seus territórios.

Ao longo dos anos, o Instituto Guaicuy vem desempenhando atividades que buscam a abordagem multidisciplinar, intersetorial, interinstitucional e principalmente entre conhecimentos populares e acadêmicos, buscando articular a sociedade civil, através da estruturação de núcleos de mobilização populares para discussões socioambientais organizados por bacias hidrográficas.

A iniciativa citada anteriormente, com abordagem participativa, resultou na criação dos 40 Núcleos Manuelzão, através dos quais se discute os conflitos pelo uso da água, a relação com as populações atingidas por grandes empreendimentos e pelo avanço das mineradoras sobre grandes áreas de produção de água. Tais grupos deram origem e consolidaram uma metodologia de participação social por meio da criação dos 23 Subcomitês vinculados ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, fazendo com que a gestão das águas ocorra de forma participativa conforme preconiza a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/97). Evidencia-se, nesse processo, a importância de garantir às comunidades o direito à informação de qualidade, com linguagem adequada às características de cada localidade, assim como propiciar e garantir a efetiva participação das comunidades nos espaços e processos de tomadas de decisão.

Diante dos danos causados pelo rompimento da barragem B-I, e soterramento das barragens B-IV e B-IVA, situadas na Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG conforme especificado nos tópicos anteriores, as instituições de justiça, Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) e Defensoria Pública da União (DPU) assinaram, de imediato, no dia 25 de janeiro de 2019, junto ao Governo do Estado de Minas Gerais e a empresa Vale S/A um Termo de Ajuste Preliminar (TAP), em que foi garantido a responsabilidade civil da empresa diante de todas as consequências do rompimento das barragens situadas na Mina Córrego do Feijão.

Nessa perspectiva, no dia 4 de abril de 2019, em audiência judicial, ficou estabelecido que as Instituições de Justiça dariam início ao processo de escolha de organizações sem fins lucrativos com interesse em prestar assessoria técnica independente às comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem B-I e soterramento das Barragens B-IV e B-IV A da Mina Córrego do Feijão. O acordo foi firmado entre as instituições de Justiça, o Estado de Minas Gerais e a Vale S/A, no processo n. 5010709-36.2019.8.13.0024, movido pelo Estado de Minas Gerais, apresentado ao juízo da 6ª Vara de Fazenda Pública de Belo Horizonte.

No dia 8 de abril de 2019 o Ministério Público publicou o Chamamento Público para o credenciamento de entidades sem fins lucrativos interessadas em prestar assessoria técnica às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, ocorrido em Brumadinho. O Instituto Guaicuy foi eleito pelas Comissões de Pessoas Atingidas das áreas 4 (em 14 de julho de 2019) e 5 (em 25 de agosto de 2019), sendo reconhecido pela sua trajetória de ativismo e qualificação técnica para ser Assessoria Técnica Independente das pessoas atingidas nas respectivas áreas.

4. OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Objetivo Geral:

Especificar os serviços técnicos a serem contratados para realização das coletas da ictiofauna e preparo de espécimes para envio ao laboratório para análise de contaminantes nos pontos amostrais localizados nos municípios pertencentes às áreas 4 e 5, de acordo com plano amostral a ser apresentado pela CONTRATANTE, incluindo diretrizes metodológicas de coleta bem como procedimentos de inspeção pré-coleta, preservação e transporte das amostras, conforme especificações normativas.

4.2. Objetivos específicos:

4.2.1. Orientar os serviços contratados que deverão ser realizados para a amostragem da ictiofauna nos pontos definidos pela contratante, conforme protocolos científicos nacionais e internacionais.

4.2.2. Obter das empresas contratadas dados qualitativos e quantitativos referentes ao monitoramento da ictiofauna.

4.2.3. Obter das empresas contratadas avaliações diagnósticas sobre a estrutura das comunidades de peixes.

4.2.4. Obter das empresas contratadas material biológico (peixes) para posterior análises de contaminantes (biológicos e metais pesados). Esse material deverá ser coletado e fixado para posterior análise laboratorial por parte de terceiros.

5. ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

5.1. Dos quantitativos estimados

Item	Etapas	Quantidade estimada	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Disponibilização de dois técnicos para a realização das coletas em campo (2 técnicos [8h/dia] em: 4 campanhas de 12,5 dias + 3 campanhas de 7,5 dias)	1160	Horas	R\$ 80,85	R\$ 93.789,29
2	Coletas e análises de amostras da comunidade ictiofaunística & Envio de amostras de peixes (sendo cinco indivíduos de três níveis tróficos por ponto) para laboratório para análise de contaminantes e estudos histopatológicos	40	Un.	R\$ 616,47	R\$ 24.658,80
3	Coleta e envio de amostras de peixes por demanda da comunidade (cinco indivíduos de três níveis tróficos) para laboratório para análise de contaminantes e estudos histopatológicos	18	Un.	R\$ 766,41	R\$ 13.795,29
4	Quilômetro de deslocamento para realização das coletas, considerados a partir da sede regional do Instituto Guaicuy, localizado à Rua Padre Jurandir 279, centro – Felixlândia	7500	Km	R\$ 3,00	R\$ 22.481,25
5	Quilômetro de deslocamento de barco para realização das coletas.	520	Km	R\$ 85,27	R\$ 44.337,80

5.1.1. As análises previstas no item 4.2.2. serão realizadas e devidamente pagas proporcionalmente conforme a demanda do CONTRATANTE durante a vigência contratual.

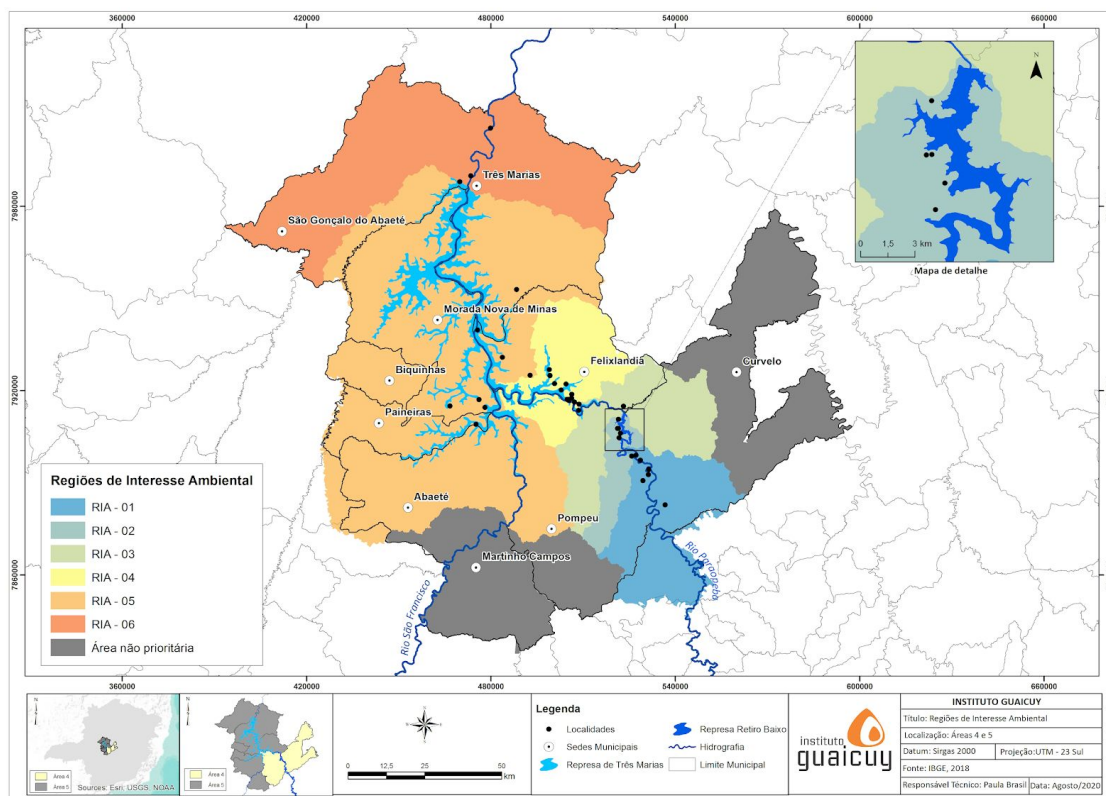
5.1.2. O pagamento das análises realizadas ao longo da vigência do contrato será efetuado através da emissão de nota fiscal pela CONTRATADA, correspondente aos produtos a serem entregues.

5.2. Local de prestação de serviços

5.2.1. Contexto das áreas 4 e 5 e locais de interesse para amostragens

A área objeto deste Termo de Referência corresponde a toda área 4, composta pelos municípios de Curvelo e Pompéu, e a toda a área 5, composta pelos municípios do entorno do reservatório de Três Marias: São Gonçalo do Abaeté, Felixlândia, Morada Nova de Minas, Biquinhas, Paineiras, Martinho Campos, Abaeté e Três Marias, no Estado de Minas Gerais (Mapa 1). A fim de melhor entender e enriquecer a discussão dos resultados, dentro das áreas 4 e 5, foi proposto uma caracterização de seis regiões de interesse ambiental (RIA) baseado em diferentes padrões hidrossedimentares (Mapa 1).

Mapa 1 - Municípios ao longo da bacia do rio Paraopeba atingidos pelo rompimento da barragem de rejeito de minério da Vale S/A.



Fonte: Instituto Guaicuy (2020)

5.2.2. Os locais de amostragem foram previamente definidos considerando as particularidades das seis RIAs. Tais locais visam contemplar as demandas comunitárias e técnicas diagnósticas (pontual e sistemática) para o monitoramento de comunidades de peixes.

5.2.3. Outros aspectos complementares à seleção dos pontos de coleta são:

5.2.3.1. logística de campo;

5.2.3.2. subsídios de informações para outras análises ambientais;

5.2.3.3. expertise da consultoria especializada.

5.3. Da execução dos serviços: Procedimentos e normas para a realização de coleta, armazenamento, registro e transporte das amostras.

5.3.1. Os procedimentos de coleta, inspeção, armazenamento, registro e transporte de todas as amostras deverão seguir as recomendações específicas (p.ex. Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras; CETESB, 2011) e normas complementares para amostragem e análise quando necessário.

5.3.2. Os pontos de amostragem selecionados na grade amostral deverão ser inspecionados, sendo este um procedimento prévio de fundamental importância. Durante as inspeções e coletas, o técnico responsável (por ordem da empresa contratada) deverá:

5.3.2.1 Avaliar o local de coleta e registrar quaisquer características e/ ou alterações que possam influenciar a eficiência da amostragem.

5.3.2.2. Identificar e justificar a necessidade de exclusão e substituição de determinados locais de amostragem quando da realização das coletas se mostrar inviável por alguma razão.

5.3.3. Todas as amostras coletadas deverão ser georreferenciadas com uso de aparelho GPS, respeitando as normas e padrões preconizados pela Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE (<https://inde.gov.br/NormasPadrões>).

5.3.3.1. O Sistema de Referência Geodésico utilizado na produção dos dados geoespaciais deverá ser o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas do ano 2000 (SIRGAS, 2000), sistema de coordenadas planas, em projeção UTM (Universal Transversa de Mercator) e fuso 23K (em função da localização das áreas de atuação).

5.3.3.2. Os arquivos geoespaciais gerados deverão ter seus metadados devidamente registrados.

5.3.4. O registro das amostras deverá ser feito através de etiquetas padronizadas, contendo o número de identificação da amostra, número do ponto de coleta, informações medidas em campo, coordenada geográfica, data, hora, responsável, código da amostra, e outras informações relevantes sobre o ponto de coleta e os processos de encaminhamento e análise dos materiais. Além das etiquetas, cada coleta será cadastrada e selada. Esse protocolo de informações e processos será construído em conjunto com a empresa contratada.

5.3.5. A equipe de coleta deverá fazer uso dos devidos equipamentos de proteção individual, conforme recomendação dos órgãos de saúde diante do cenário da pandemia derivado da COVID-19. Tais equipamentos deverão ser fornecidos a encargo da CONTRATADA.

5.3.6. As coletas e medições de campo poderão ser acompanhadas por uma equipe especializada da ATI-IG, podendo, ainda, contar com a presença de membros das comissões de atingidos das áreas 4 e 5.

5.3.6.1. Em se tratando de informações inseridas dentro do processo judicial, são possíveis auditorias sobre o processo de coleta e análise por parte do Ministério Público, para conferência dos padrões e atendimento às normas especificadas e contratadas.

5.3.6.2. Caso sejam constatados impedimentos ou algum tipo de risco para acessar os locais das coletas, o fato deverá ser imediatamente reportado à coordenação da ATI-IG, que será responsável por analisar e propor as possibilidades de ajustes no plano de amostragem.

5.3.6.3. Após a conclusão dos procedimentos de coleta, armazenamento, transporte e processamento das amostras, deverá ser entregue um relatório contendo as seguintes informações sobre os procedimentos de campo e laboratório:

5.3.6.3.1. descrição das condições do local de amostragem;

5.3.6.3.2. condições atmosféricas observadas;

5.3.6.3.3. medição de parâmetros limnológicos básicos: pH, oxigênio dissolvido, turbidez, condutividade e temperatura da água, transparência da água pelo disco de Secchi, no caso de ecossistemas lênticos;

5.3.6.3.4. estrutura da ictiofauna contendo, no mínimo: inventário taxonômico, riqueza, abundância, densidade, esforço de captura e medidas

corporais (peso corporal - PC, em gramas - e comprimento total e padrão - CT e CP, em centímetros).

5.3.6.3.5. referências bibliográficas das chaves taxonômicas utilizadas;

5.3.6.3.6. registro fotográfico da coleta e processamento de amostras em laboratório;

5.3.6.3.7. identificação do técnico responsável pela coleta e processamento de amostras;

5.3.6.3.8. atestado de inviolabilidade da amostra.

5.3.7. As coletas serão realizadas somente após a obtenção da licença de coleta de material biológico, a ser solicitada pelo Instituto Guaicuy junto ao órgão ambiental competente.

5.3.8. Os prazos limites de entrega dos referidos relatórios serão acordados entre A CONTRATANTE e a CONTRATADA.

5.4. Da realização das campanhas de coleta

5.4.1. Estão previstas um total de sete campanhas, sendo quatro para monitoramento da ictiofauna, e três por atendimento à demandas da comunidade para análise de contaminantes. Estas últimas serão acordadas entre a ATI-IG e a(s) comunidade(s) demandante(s), e então repassadas à contratada. Em acordo com a empresa contratada, as campanhas de coleta deverão ser concentradas em um período mensal ou bimestral, dependendo das demandas e planejamento de campo. Previamente às campanhas de coleta, serão apresentadas à empresa contratada informações preliminares sobre os locais e tipos de pontos de coleta para um melhor dimensionamento logístico, e sobre os tipos de equipamentos, insumos, equipe (dentre outros) necessários para a realização do trabalho.

5.5. Dos procedimentos de coleta e conservação de amostras

5.5.1. **Amostragem quantitativa:** utilização de redes de espera de 10 a 20 m de comprimento com tamanhos de malhas: 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 14 e 16, 18 e 20 cm, medidos entre nós opostos. As redes deverão ser armadas no fim da tarde, sendo retiradas na manhã do dia seguinte, permanecendo na coluna d'água por aproximadamente 14 horas.

5.5.2. **Amostragem qualitativa:** utilização de redes de arrasto, peneiras, tarrafas e varas de pesca com molinetes ou carretilhas e anzóis.

5.5.3. **Conservação das amostras:** após a coleta, o material deverá ser separado por espécie e por petrecho de pesca. Alguns indivíduos deverão ser eutanasiados por hipotermia, em imersão em água com gelo e conservados em gelo, para serem encaminhados para as análises de contaminantes biológicos e metais pesados. Todos os demais indivíduos deverão ser fixados em solução formalina a 10% e conservados em álcool 70° GL.

5.5.4. **Identificação e mensuração:** todos os indivíduos deverão ser identificados preferencialmente no campo. Quando a identificação *in situ* não for possível, os indivíduos serão triados e processados em laboratório e identificados até o nível taxonômico mais específico possível, pesados (peso corporal - PC em gramas) e mensurados (comprimento total - CT e comprimento padrão - CP em centímetros).

5.5.5. Todas as amostras deverão ser processadas individualmente e por petrecho de pesca. Todos espécimes deverão ser identificados até o menor nível taxonômico possível (gênero/ espécie) utilizando chaves taxonômicas específicas.

5.6. Da Inserção das informações no banco de dados do Instituto Guaicuy

5.6.1. As informações geradas pelos produtos a serem entregues pela contratada irão compor um banco de dados sistemático sobre as coletas e monitoramento da ictiofauna.

5.6.1.1. Este banco de dados deverá ser organizado e entregue na forma de tabela contendo dados quali-quantitativos, onde deverão estar especificados todos os dados descritos no item 5.3.6.3.

5.6.1.2. O formato de tabulação deverá ser acordado em conjunto com a empresa contratada.

5.7. Dos produtos a serem entregues

5.7.1. A cada campanha deverá ser entregue um relatório detalhado (total de sete) descrevendo: processo de coleta, armazenamento e transporte das amostras, processamento de amostras, resultados, documentação técnica e registro fotográfico de todos os processos executados.

A periodicidade de entrega dos produtos será determinada pela CONTRATANTE, em respeito às suas necessidades e conveniências administrativas.

5.8. Forma de apresentação dos produtos

5.8.1. Os produtos especificados no presente Termo de Referência deverão ser redigidos na língua portuguesa, em linguagem clara e didática para perfeita compreensão, contendo a assinatura dos responsáveis.

5.8.2. Os produtos deverão ser apresentados sob a forma de minuta e, uma vez aprovados pelo Instituto Guaicuy, deverão ser apresentados e entregues em sua forma definitiva em formato digital.

6. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Das obrigações da CONTRATADA:

6.1.1. Cumprir fielmente o cronograma de atividades e demais especificações determinadas neste termo de referência e no instrumento convocatório, respeitar e fazer respeitar as normas atinentes ao funcionamento do Instituto Guaicuy e aquelas relativas a contratações que norteiam o presente instrumento.

6.1.2. A proponente, ao enviar proposta, demonstra estar ciente que todos os dados e informações, patenteadas ou não, de qualquer natureza, inclusive técnica, científica, e pessoais relacionados ao Instituto Guaicuy e ao objeto de contratação, bem como relacionadas à população atingida, que tenha acesso em função do trabalho a ser realizado, são CONFIDENCIAIS E SIGILOSAS, não podendo ser utilizados em proveito próprio ou de terceiros durante a contratação e após o seu término, independentemente do decurso do tempo, exceto se anuído pela contratante.

6.1.3. Produzir e submeter à aprovação do Instituto Guaicuy, relatórios periódicos que contenham a projeção das atividades a serem executadas, resumo das atividades já desenvolvidas e análise dos progressos alcançados pela realização dos serviços contratados.

6.1.4. Sanar eventuais irregularidades ou correções apontadas pelo Instituto Guaicuy, quando da sua manifestação, quanto à apresentação de relatórios e/ou quanto à apresentação de cada etapa dos trabalhos, sem ultrapassar os prazos acordados.

6.1.5. Realizar quaisquer despesas decorrentes do trabalho somente após prévio conhecimento e aprovação de representante autorizado para tanto pelo Instituto Guaicuy.

6.1.6. Encaminhar à Coordenação Administrativa e Financeira do Instituto Guaicuy todos os comprovantes exigidos para prestação de contas das despesas efetuadas, previamente autorizadas.

6.1.7. Providenciar a emissão das notas fiscais ou RPAs referentes aos pagamentos efetuados, onde conste o valor contratado.

6.1.8. Responder ao órgão público conveniente, quando diretamente procurado por esse, obrigando-se a informar, explicar ou complementar o trabalho apresentado por sua solicitação.

6.1.9. Cuidar da regularidade obrigacional derivada do vínculo e subordinação com o pessoal envolvido direta ou indiretamente na execução deste contrato.

6.1.10. Realizar seus serviços dentro do mais elevado padrão profissional, com competência, ética e integridade.

6.1.11. Responsabilizar-se integralmente pelo pagamento de encargos trabalhistas e sociais dos profissionais contratados para execução dos serviços, apresentando comprovantes de pagamento dos respectivos encargos quando solicitado.

6.1.12 A CONTRATADA se compromete a jamais utilizar os produtos advindos da execução do objeto deste termo de referência em benefício próprio ou de terceiros, bem como a jamais cedê-los a terceiros, a qualquer tempo, exceto se anuído pela CONTRATANTE.

6.1.13 A Consultoria contratada é responsável pessoalmente por quaisquer danos ocorridos, inclusive a terceiros, durante a prestação de serviços e execução do objeto deste termo de referência.

6.2. Das obrigações do CONTRATANTE:

6.2.1. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o que estabelece o contrato, inclusive adimplindo com o valor do pagamento nos prazos e condições dispostas neste contrato.

6.2.2. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos itens do presente objeto, atestar as notas fiscais/faturas e o efetivo fornecimento do objeto deste contrato.

6.2.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas do contrato e dos termos de sua proposta.

6.2.4. Nomear um Fiscal para gerir e fiscalizar a execução do contrato.

6.2.5. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços fornecidos, se estiverem em desacordo com a especificação e com a proposta de preços da CONTRATADA.

6.2.6. Comunicar à CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante o fornecimento dos serviços objeto do presente contrato.

6.2.7. Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre as imperfeições, falhas, e/ou demais irregularidades constatadas no fornecimento dos serviços objeto do Contrato, fixando prazo para que sejam tomadas as providências cabíveis para a correção do que for notificado.

6.2.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

6.2.9. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares previstas neste Contrato.

7. DO VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO

7.1 O valor global estimado da contratação corresponde a quantia de **R\$ 199.062,43** (Cento e noventa e nove mil e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos).

8. INDICAÇÃO DE RUBRICA E ÁREA

8.1 A Rubrica a ser utilizada é "2.1 - Análises ambientais e serviços especializados" e a área do recurso à área 4 e área 5.

9. DO CONTRATO

9.1 A execução dos serviços será realizada mediante celebração de contrato e o pagamento pelos serviços fica condicionada a entrega dos produtos, objeto da contratação, emissão de nota fiscal válida e demais exigências do contrato e do termo de referência.

10. VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1 O contrato terá duração de 11 meses.